

Can-Brasil

O instinto de sobrevivência do próximo presidente

JORNAL DA TARDE

22 SET 1989

"O processo de privatização na América Latina é inevitável e irreversível se quisermos devolver eficiência ao Estado."

Quem disse isso, na reunião do chamado **Grupo dos Oito**, realizada anteontem em Cancún, México, da qual participaram os ministros da Economia (e da Fazenda) e os presidentes dos Bancos Centrais da América Latina, foi o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias. E acrescentou: "A privatização já é um processo generalizado na América Latina e permitirá limpar ou reduzir os déficits que têm sido os principais obstáculos ao desenvolvimento da região nas últimas décadas". O presidente do BID — que participou da reunião como observador — lembrou ainda que a renda per capita dos países latino-americanos terá caído, até o fim do ano, cerca de 10% em relação ao índice registrado há nove anos.

Foi essa situação dramática que o presidente Sarney abordou no discurso que pronunciou no ano passado, na abertura da reunião da Assembléia da ONU, demonstrando toda a sua amargura pelo fato de a América Latina — juntamente com a África — ser uma exceção num mundo caracterizado nos últimos anos pelo maior surto contínuo de desenvolvimento da história do pós-guerra. Segunda-feira o presidente estará novamente falando na abertura de nova reunião da Assembléia da ONU e, se for absolutamente honesto, terá de alterar sua patética observação. É que, como disse o presidente do BID, a maioria dos países latino-americanos que sofreram essa espantosa queda de renda per capita já conseguiu detê-la. Quase todos neste último ano, porque adotaram, finalmente, vigorosas políticas de redução do tamanho do Estado que já estão produzindo ótimos resultados em termos de reversão do processo inflacionário e de retomada do desenvolvimento. Iglesias citou os exemplos do México, da Bolívia, do Equador e do Chile. A esses países podemos acrescentar agora a Venezuela e a Argentina, que enveredam pelo mesmo caminho depois que seus novos governos sepultaram os preconceitos ideológicos idiotas que determinaram aquele quadro dramático descrito pelo presidente do BID.

Assim, se Sarney voltar ao assunto em seu novo discurso na Assembléia da ONU, terá de se referir apenas ao Brasil e ao Peru, os dois renitentes da América Latina que continuam na companhia da maioria dos países africanos como exceções num mundo em pleno florescimento econômico. Aqui, como sabe qualquer pessoa que acompanha "os comerciais" do programa gratuito do Tribunal Eleitoral, há muitos candidatos a substituir o sr. Sarney, a começar por Brizola e Lula, que ainda não foram iluminados pela luz da razão e continuam a falar sandices sobre a necessidade de não se tocar no **patrimônio público**, o qual, como diz um estudo do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), é o **dinamo alimentador do déficit público** que, por sua vez, alimenta a dívida interna que, por sua vez, aciona de forma cada vez mais intensa o processo inflacionário que, finalmente, impede que o Brasil reencete sua ascensão para o mundo da modernidade.

Mas, apesar dos Lulas e Brizolas, que simbolizam o **reacionarismo** ainda tão forte no cenário político brasileiro, ainda podemos ter esperança. Também durante toda a campanha eleitoral na Argentina, o presidente Carlos Saul Menem cultivou o mesmo tipo de retórica, cortejando os nacionalistas e os poderosos sindicatos locais. Depois, forçado a antecipar sua posse por causa da deterioração acelerada da situação econômica do país, que já colocava em risco o precário equilíbrio social interno, Menem viu-se impelido a tomar decisões que ninguém, em sã consciência, esperava de um herdeiro do caudilho histórico da América Latina, particularmente do populismo peronista. Não se brinca com uma inflação de quase 200% ao mês e com uma população que já começava a saquear supermercados e lojas comerciais. Menem teve que escolher entre manter-se fiel aos velhos dogmas ideológicos do peronismo e sua própria permanência no poder, consolidando a democracia no país. E o instinto de sobrevivência falou mais alto.

Assim, ele inaugurou seu governo com medidas duras para ajustar as finanças do setor público — atualização das tarifas públicas, supressão total dos subsídios, controle drástico da emissão de moeda — e anunciando um imediato e audacioso projeto de desestatização. Só as primeiras medidas e a disposição demonstrada pelo presidente argentino já deram frutos no primeiro mês: a inflação de 196,6% em julho foi derrubada para 37,9% em agosto e deverá cair para menos de 10% neste mês. O clima entre empresários e trabalhadores voltou a ser de confiança. Na frente externa, o Bird já comunicou que voltará a conceder empréstimos ao país. Está para ser assinada uma carta de intenções com o FMI. Em outubro o fluxo de capitais externos estará restabelecido, com o restabelecimento de uma linha de crédito de US\$ 1,2 bilhão do Bird, que estava suspensa.

E, para manter este clima positivo, Menem está apressando a fase mais substancial do plano, que é a redução do tamanho do Estado e da sua interferência na economia do país. Várias companhias estrangeiras foram autorizadas a explorar petróleo, mesmo nas áreas nas quais a estatal YPF já encontrou o produto. Já foram abertas concorrências para a transferência para o setor privado de algumas ferrovias e rodovias. Esta reforma, como anunciou o ministro de Obras e Serviços Públicos, pretende passar para o setor privado mais de 800 empresas estatais. Uma delas é a empresa de telecomunicações, Entel, cuja venda deverá ser concluída até meados do ano que vem e está aberta, sem restrições, ao capital externo.

Com isso, prevê-se que a inflação de todo o último trimestre deste ano será de 12% e a de todo o ano de 1990 ficará em 15%. E tudo sem arrocho nos salários: eles serão corrigidos pela inflação futura.

Nossa esperança — aliás, uma certeza — é a de que, qualquer que seja o próximo presidente, até por uma questão de instinto, como aconteceu com Menem, ele terá a consciência de que, como disse o presidente do BNDES, Márcio Fortes, não se trata de uma questão ideológica, mas de sobrevivência (do próximo governo e do regime democrático)..